



1 **ATA DE REUNIÃO DA 100ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO SUBCOMITÊ DO**  
2 **SISTEMA LAGUNAR MARICÁ-GUARAPINA.** No dia cinco do mês de março  
3 de 2021 às 14h por videoconferência, teve início a 100ª R.O. do SSLM-G com  
4 os seguintes participantes: **Sociedade Civil:** APALMA – Flávia Lanari Coelho;  
5 IFF – Renato Jonas e Elane Carvalho. **Poder Público:** SECAPP – Oswaldo  
6 Neto; CRBio-02 – Valdir Lage; Secretaria de Cidade Sustentável – Luiz Felipe  
7 Santos da Silva; DRM-RJ – Pedro Hugo Xaubet. **Usuários:** ALAPI – Paulo  
8 Cardoso; CEDAE – Elenita Oliveira; ACM – Ursula Araujo. **Agevap:** Carlos  
9 Frederico Silva e Lohana dos Santos. **Convidados.** CURSO D'ÁGUA - Fátima  
10 Casarin; VIVA ECO – Ursula Brazil. A pauta consta dos seguintes pontos: 1.  
11 **Aprovação da pauta 2. Leitura e aprovação das atas da 98 e da 99ª R.O. 3.**  
12 **Definição sobre a situação da Lagoa de São Bento 4. Solicitação via CBG**  
13 **de informações sobre estudos (nossos mananciais) e projetos para**  
14 **abastecimento de água da Cedae 5. Macroprogramas 6. Escritório de**  
15 **Projetos 7. Plano de Bacias 8. GTs do Subcomitê 9. Plano Diretor de**  
16 **Maricá 10. Assuntos/Informes Gerais.** Lohana informou que os  
17 coordenadores não estavam presentes, perguntou se um dos membros se  
18 disponibilizaria para iniciar a reunião, os membros decidiram esperar e a  
19 reunião teve início na segunda chamada. Após a entrada de Flávia deu-se  
20 início à reunião colocando para deliberação o item um da pauta. 1. **Aprovação**  
21 **da pauta:** Flávia propôs a inversão dos itens 4 e 5 da pauta, o que foi aprovado  
22 pelos membros e seguiram para o item: 2. **Leitura e aprovação das atas da**  
23 **98 e da 99ª R.O:** Os integrantes decidiram pela aprovação das atas, sendo a  
24 ata 99ª aprovada com algumas correções sugeridas por Pedro Hugo no chat. 3.  
25 **Definição sobre a situação da Lagoa de São Bento:** Flávia lembrou que  
26 houve uma apresentação do professor Jorge Antônio sobre a situação da  
27 lagoa, e disse que a apresentação foi encaminhada para os membros por e-  
28 mail. Foi questionado aos membros se aprovam a inserção da Lagoa como  
29 corpo hídrico do subcomitê. Pedro Hugo informou que leu os trabalhos, e  
30 mencionou que têm relatos antigos e testemunhas de que houve extração de  
31 areia no local, deixando como herança uma cava de extração mineral. Explicou  
32 que a cava tem lençol freático aflorante e que com o tempo se tornou um



33 ambiente para as espécies. Em seu ponto de vista lhe parece uma área de  
34 preservação integral, tendo por legislação faixa marginal de preservação.  
35 Relatou que tem dúvida sobre a unidade a ser proposta, que teria que ser algo  
36 para que as pessoas pudessem utilizar para lazer, podendo ser, por exemplo,  
37 uma área de relevante interesse ecológico. Luiz Felipe informou que conversou  
38 com Guilherme di Cesar e que teria sido informado que a Prefeitura tem  
39 interesse em criar uma unidade de conservação no local, mas está aguardando  
40 o inquérito do Ministério Público terminar para fazer os procedimentos com  
41 segurança para inclusão. Úrsula Brazil disse que seria interessante marcar  
42 uma reunião com a Prefeitura para falar sobre o assunto, solicitando um  
43 posicionamento oficial sobre o lugar. Em seguida foi colocado para votação:  
44 “Os membros concordam com a deliberação de envio de carta do CBH-BG ao  
45 INEA, solicitando formalmente que a Lagoa de São Bento seja reconhecida  
46 como corpo hídrico?”, com concordância unânime. Após, foi votado: “Os  
47 membros concordam com a deliberação de envio de carta à Prefeitura e ao  
48 INEA, reforçando que o Subcomitê concorda que a Lagoa de São Bento seja  
49 incluída como Unidade de Conservação?”, onde Elenita se absteve e somente  
50 Paulo Cardoso discordou da proposta, informando que não concordava que  
51 fosse uma unidade de conservação por causa dos desentendimentos que  
52 podem surgir com os residentes posteriormente, mas concordava que a lagoa  
53 fosse reconhecida como corpo hídrico. Pedro Hugo chamou a atenção para a  
54 questão de que todo corpo hídrico tem uma área de preservação permanente,  
55 e que tem que ficar claro que é uma lagoa urbana garantidas as situações  
56 urbanísticas existentes e sugeriu pelo chat que a Lagoa de São Bento e a suas  
57 margens sejam declaradas como Unidade de Conservação da Natureza (UCN)  
58 Municipal, integrante à área de influência do Subcomitê de Bacia do Sistema  
59 Lagunar de Maricá-Guarapina, sendo que a Unidade de Conservação a ser  
60 instituída deverá ser alvo de audiência pública para a definição de sua  
61 categoria de forma a preservar os seus atributos naturais e atender aos  
62 interesses da população local e das demais áreas do município. Pedro Hugo  
63 comentou que o Paulo Cardoso tem suas razões para ser contrário à proposta,  
64 e que não é consenso dentro do próprio Subcomitê, sendo uma proposta



65 delicada. Dessa forma, reforçou que a UC a ser instituída deve ser alvo de  
66 audiência pública, e que o proposto pelo professor Jorge Antônio de UC  
67 integral torna-se inviável, reiterando sua indicação de que não tenha impacto  
68 na população já consolidada ao redor da Lagoa. Elenita relatou que trabalhou  
69 em uma indústria que já existia há 40 anos quando a empresa iniciou a área  
70 não era unidade de conservação, mas que depois que a área foi transformada  
71 em UC foi uma grande dificuldade para conseguir uma licença ambiental.  
72 Reforçou que poderá causar problemas decorrente dessa decisão e se absteve  
73 da votação, e inteirou que a ideia precisava ser amadurecida. Flavia propôs  
74 solicitar à Prefeitura (Secretaria de Cidade Sustentável) uma apresentação  
75 sobre intenções para Unidade de Conservação na Lagoa de São Bento, pois  
76 não adiantaria avançar nas discussões sobre tipo de UC a ser implementada  
77 se é a prefeitura que decidirá. Valdir Lage (CRBIO-02) reforçou que quem irá  
78 definir qual será o tipo de unidade de conservação será órgão regulamentador,  
79 o que carece de uma série de estudos para saber espécies ocorrentes no local,  
80 espécies em risco, hidrologia, etc. **5. Macroprogramas:** Lohana informou que  
81 saiu o ato convocatório do macroprograma de monitoramento, e que o ato  
82 convocatório já tinha sido encaminhado para os membros; que no  
83 macroprograma de infraestrutura verde o recurso foi alocado no Programa  
84 Produtor de Águas da Bacia do Rio Guapi-Macacu, que houve uma reunião  
85 com o Grupo Gestor do Programa Produtor de Águas da Bacia do Rio Guapi-  
86 Macacu. Informou que a reunião foi um alinhamento dos primeiros passos e  
87 que eles precisam terminar a elaboração do termo de referência para  
88 encaminhar ao MPRJ, para que o recurso seja liberado e saia da conta judicial  
89 e seja depositado na conta do INEA. Explicou que para o macroprograma de  
90 infraestrutura verde existia um recurso proveniente da conta "D", sendo o  
91 recurso no valor de \$11.150,57 que foi para conta da Agevap. Foi colocado  
92 para deliberação dos membros a destinação de recursos da Conta D para o  
93 Pagamento de Serviços Ambientais pelo Programa Produtor de Águas, sendo  
94 aprovado por unanimidade. Dando continuidade aos informes, Lohana disse  
95 que o ato de apoio à pesquisa havia sido suspenso para esclarecimentos. No  
96 edital de instrumentos de gestão, o termo de referência ainda está em



97 adaptação. O ato convocatório para o programa de educação ambiental foi  
98 publicado. O edital de chamamento para projeto de educação ambiental está  
99 pronto e está em processo de validação junto à Diretoria. Lohana chamou a  
100 atenção para os Macroprogramas de Resíduos Sólidos, Drenagem e Água que  
101 antes não havia tido repasse, mas que agora estavam com o dinheiro em  
102 conta. Recordou que foi discutido um PMGIRS, mas que na época foi só para  
103 liberar o recurso e que a proposta não foi aprofundada. Fátima informou que  
104 existe um Plano Municipal de Resíduos Sólidos e que fosse verificada a lei nº  
105 2.946, de 13 de Agosto de 2020, que dispõe sobre princípios, diretrizes,  
106 objetivos e instrumentos para o plano de gestão integrada de resíduos sólidos  
107 no município de Maricá. Flavia solicitou que fosse encaminhada por e-mail para  
108 ser discutida posteriormente. Passando para o Macroprograma Coleta e  
109 Tratamento de Esgoto, Flávia comentou que foi debatido na reunião do GT com  
110 Adacto Ottoni, Engenheiro Civil Sanitarista, a questão das prioridades serem  
111 nos bairros à montante das captações e que ele indicou um estudo de  
112 concepção prevendo alternativas de coleta e tratamento de esgoto e sua  
113 viabilidade. Flávia então propôs usar o recurso para fazer esse estudo. Pedro  
114 Hugo questionou se o Plano Municipal de Saneamento, que não sabe se está  
115 em vigor, está sendo seguido, ou se é outro projeto à revelia do Plano. Fátima  
116 informou que o PMSB tinha validade até 2019, mas que não mudou muita  
117 coisa, exceto a quantidade de habitantes. Relembrou que quando estava na  
118 Sanemar, elaborou um termo de referência para o Plano de Saneamento, e  
119 explicou que na época estava sendo questionado o porquê se faria um plano  
120 municipal sendo que obrigatoriamente teria que ter um plano regional, que é da  
121 região metropolitana. Em seguida comentou que, em seu ponto de vista, fazer  
122 um estudo de concepção só irá gerar mais relatórios e gastar dinheiro à toa,  
123 pois já sabem o que tem que fazer na região, e nenhuma entidade vai usar um  
124 estudo feito à revelia. Em seguida, relatou que há algum tempo conheceu um  
125 grupo que foi na Sanemar que faz saneamento para comunidades isoladas,  
126 achando mais viável fazer o projeto, ao invés do estudo. E informou que a  
127 antiga secretária de Saneamento já fez um projeto para o Espriado. Flávia  
128 falou que, de qualquer forma, achava que o estudo de concepção à montante



129 dos mananciais seria interessante. Flávia propôs uma reunião extraordinária  
130 para que o grupo pudesse debater sobre o assunto, sendo aprovado pelos  
131 membros e agendado para o dia 16/03/2021. **4. Solicitação via CBG de**  
132 **informações sobre estudos (nossos mananciais) e projetos para**  
133 **abastecimento de água da Cedae:** Flávia informou que tentou solicitar à  
134 Cedae que fizesse uma apresentação sobre os dados da qualidade de água  
135 bruta dos últimos 5 anos pelo Subcomitê, além de outras informações sobre  
136 vazões, mas que sem sucesso resolveu solicitar pelo CBH-BG. Em seguida, foi  
137 perguntado se os membros concordavam com a deliberação de envio de carta  
138 à Cedae solicitando informações sobre estudos e projetos, todos concordaram.  
139 Pedro Hugo propôs para a próxima reunião a diminuição dos pontos de pauta  
140 ou maior rigorosidade no tempo para cada assunto (a ser definido previamente  
141 conforme a importância ou prioridade). Definir quais pontos da pauta são para  
142 debate, deliberação e votação; e quais pontos são apenas informes. **6.**  
143 **Escritório de Projetos:** O ponto de pauta não foi abordado. **7. Plano de**  
144 **Bacias:** O ponto de pauta não foi abordado por não haver novidades. **8. GTs**  
145 **do Subcomitê:** O ponto de pauta não foi abordado. **9. Plano Diretor de**  
146 **Maricá:** Como Izidro Arthou não estava presente na reunião, Flávia comentou  
147 que esse ponto de pauta não poderia ser explorado, pois o mesmo é o  
148 representante do CBH-BG no grupo de acompanhamento do Plano Diretor. **10.**  
149 **Assuntos/Informes Gerais:** Flávia informou que tem a situação da Secretaria  
150 de Educação que não foi resolvida, e que é importante que os membros  
151 suplentes participem das discussões, pois quando forem solicitados a participar  
152 com a ausência dos titulares, estarão a par das temáticas. Comentou também  
153 que a Secretaria de Defesa Civil Estadual manifestou interesse em entrar no  
154 Subcomitê. Não tendo mais nada a discutir, a reunião foi encerrada às 17h32.

---

Paulo Cardoso da Silva

**Coordenador do SSLM-G**